



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 2024
(Do Sr. GILBERTO ABRAMO)

Susta os efeitos da Portaria MRE nº 532, de 10 de maio de 2024, que Atualiza o Regimento Interno do Comitê de Pessoas LGBTQIA+ do Ministério das Relações Exteriores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Este Decreto Legislativo susta os efeitos da Portaria MRE nº 532, de 10 de maio de 2024, que Atualiza o Regimento Interno do Comitê de Pessoas LGBTQIA+ do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2º Fica sustada, em sua integridade e em seus efeitos, a Portaria MRE nº 532, de 10 de maio de 2024, que Atualiza o Regimento Interno do Comitê de Pessoas LGBTQIA+ do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Portaria MRE nº 532, de 10 de maio de 2024, tem por objetivo atualizar o Regimento Interno do Comitê de Pessoas LGBTQIA+ do Ministério das Relações Exteriores.

Por ser um ato normativo proveniente do Poder Executivo, constitui-se passível de sustação por este Congresso Nacional, conforme dispõe o inciso V do art. 49 da Constituição Federal, desde que exorbite do seu poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa, situação que poderá ser verificada, adiante, pela análise da sua redação.

As orientações da Portaria estabeleceram em seus artigos deveres o que caracteriza imposição legal, numa forma de legislar e não de orientar ou direcionar.

Apenas o Poder Legislativo possui a competência de alterar a legislação referente aos atos tratados, de modo que não se pode conceber política pública





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG

proveniente do Poder Executivo que se baseie em “legalizar” condutas, haja vista que tal assunto está fora da sua esfera de atuação e não depende do interesse governamental, mas popular, que exerce sua vontade, nesse caso, por via dos seus representantes eleitos democraticamente. Além disso, contraria a separação de poderes, viola o princípio da legalidade e possibilita precedente no sentido de legislar sem anuência do legislativo.

Por todo o exposto, a Portaria MRE nº 532, de 10 de maio de 2024, que tem por objetivo atualizar o Regimento Interno do Comitê de Pessoas LGBTQIA+ do Ministério das Relações Exteriores, extrapola o seu poder regulamentar.

Assim, por ser nítida a extrapolação peço aos eminentes colegas a aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Sessões,

Deputado GILBERTO ABRAMO
REPUBLICANOS/MG

